



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

## **A criação e instalação do Lyceu no Maranhão pelas linhas do Publicador Official (1838 -1841)**

*Mateus de Araújo Souza<sup>1</sup> (UFMA) - Matt.araujo.souza@gmail.com*

### **RESUMO**

Analisa a cultura material escolar no *Lyceu Maranhense* por meio das representações inscritas no jornal *O Publicador Official* (1831-1841) no período de 1838 a 1841. Surgiu de duas investigações realizadas pelo Núcleo de Estudos Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL): *Cultura Material Escolar: a escola e seus artefatos* (1840 - 1930) e *O Liceu como Instituição Escolar de Formação do Pensamento Intelectual e Cultural do Maranhão no Período Imperial* (1838 - 1889). Objetiva apresentar o processo de instalação do *Lyceu Maranhense* no prédio do Convento Nossa Senhora do Carmo segundo as notícias veiculadas no *Publicador Official* entre os anos de 1838 a 1841. A pesquisa é de cunho documental realizada junto ao dito jornal selecionado no “Catálogo de jornais maranhenses da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007. Utiliza como fundamentação teórico-metodológica a História Cultural em seus três elementos indissociáveis, dentro deste viés o estudo se dá através da Cultura Material Escolar incorporando também categorias como representação, sensibilidade e imaginário, aspectos subjetivos que estão envolvidos no processo de análise do objeto. Conclui que *O Publicador Official* nos anos de 1838 e 1839 nos fornece um mapeamento detalhado das ações do governo provincial a respeito do *Lyceu Maranhense* sobre o prédio escolar; no entanto, as notícias praticamente somem nos anos que se seguem deixando nas sombras os anos de 1840 e 1841. No entanto o mapeamento das notícias nos possibilitou ter ideias do quão amplo pode ser o aspecto material de uma instituição de ensino com forte representação social, como é o caso do Lyceu, e dos aspectos que influenciavam e faziam parte dos contextos materiais da escola.

**Palavras-chave:** Liceu Maranhense. Cultura material escolar. Imprensa Periódica. História Cultural.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação da Universidade Federal Maranhão  
Orientador: Cesar Augusto Castro



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

## 1 INTRODUÇÃO

A proposta de investigar a criação e instalação do *Lyceu Maranhense* na província por meio das representações inscritas n'O Publicador Oficial entre os anos de 1838 a 1841 é um recorte da monografia de conclusão de curso apresentada ao curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão e surgiu a partir da inserção nos projetos de pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras (NEDHEL).

Nosso objetivo é apresentar o processo de criação e instalação do *Lyceu Maranhense* no prédio do Convento Nossa Senhora do Carmo segundo as notícias veiculadas no Publicador Oficial entre os anos de 1838 a 1841 procurando investigar também aspectos subjetivos desta instalação, além da própria materialidade envolvida nesse processo. Essas representações podem ser identificadas nas críticas, nos anúncios, nas matérias, nas leis e nos demais discursos publicados pelo jornal O Publicador Oficial onde o Lyceu aparece.

Sobre o campo das representações na visão de Barros (2003) consiste num lugar de concorrências e competições, este aspecto se relaciona com a escolha dos jornais como fonte de pesquisa, tendo em vista a captura dos discursos inscritos. Fontes que se caracterizam, sobretudo, por serem diversificadas e dar voz a diversos sujeitos de opiniões e posições por vezes antagônicas e que se utilizam deste suporte como espaço de embate de ideias, contraposição de atitudes e modos divergentes de sentir visando a retirada de visões antagônicas das diferentes edições dos jornais, além de possibilitarem o entendimento e suas motivações. Desta forma é possível conhecer o que se pensava desta instituição por meio das informações veiculadas pela imprensa, neste caso, n'O *Publicador oficial*. Ainda sobre as representações para Pesavento (2012) incidem em formas integradoras da vida social que visam manter a coesão nos grupos elaborando uma forma de representar o mundo – ideia de substituição – através de ritos, normas, discursos, instituições e imagens.

A abordagem teórico-metodológica que alicerça este estudo é a História Cultural conforme as definições de Chartier (1988) e Pesavento (2012), que nos ajudaram a



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

entender conceitos basilares desta investigação tais como: representação, prática e apropriação, imaginário e sensibilidades. Outros autores servem de apoio à pesquisa tais como Barros (2003), Castro (2011), Ribeiro (2006). A aplicação desta metodologia teve como base o corpus documental dos jornais que utilizamos como fonte. Para este artigo fizemos o recorte no período inicial da pesquisa utilizando apenas o jornal *O Publicador Oficial (1831-1841)* a sua escolha se deu por conta do período de publicação que abrange o início da ação do *Lyceu Maranhense* na província.

Na primeira seção tratamos das iniciativas em criar instituições de ensino para o aparelhamento do estado em contexto nacional, assim como um breve panorama das ações governamentais – em sentido de normas – direcionadas a instrução até chegar a criação do Lyceu do Maranhão. em seguida apresentamos as notícias identificadas na investigação no sentido de oferecer um panorama geral sobre a categoria prédio escolar dentro da análise de cultura material.

## **2 A CRIAÇÃO DO LYCEU MARANHENSE: início de um percurso**

As primeiras iniciativas governamentais voltadas para a criação de instituições escolares no Brasil oitocentista começaram a surgir a partir de 1808 com a vinda da família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, trazendo consigo parte da população do Portugal. A partir daí surgiu a necessidade de aparelhamento da colônia que se deu por meio da criação de diversas instituições que servissem para a organização e administração local tais como Biblioteca Real, Museu Real, Jardim Botânico, Tipografia Real, Academia de Belas Artes, faculdades de medicina (uma no Rio de Janeiro e outra na Bahia) e Academia de Guardas-Marinha (RIBEIRO, 2006).

Após a independência do Brasil em 1822, e com a outorga da Constituição de 1824, ficou garantido a todos os cidadãos o direito a instrução primária conforme o Título 8, art. 179 § 32 da dita carta magna (BRASIL, 1886). Contudo, a fragilidade dessa lei consistia no fato de não serem apresentadas as condições em que as aulas de primeiras letras ocorreriam e nem abordava a criação de escolas nesse sentido. Com esse intuito foi sancionada em 15 de outubro de 1827 a primeira Lei Orgânica sobre educação no país mandando criar escolas de primeiras letras em todas as vilas e



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

povoações do Império (ARRAIADA, 2007). No entanto, a preocupação em organizar um sistema nacional de ensino surge a partir do Ato Adicional de 1834.

O Ato Adicional de 1834 não foi propriamente uma lei de educação, porém ao descentralizar o poder imperial e dar maiores poderes as Assembleias provinciais tornou possível para as províncias legislar sobre diversos temas, dentre eles a educação. Tal lei trouxe consigo também o surgimento dos Liceus em diversas províncias a exemplo do Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, o Liceu da Bahia e o da Paraíba em 1836 e a criação do colégio Dom Pedro II em dezembro de 1837.

É nesse contexto que foi sancionada pelo Presidente da província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo a Lei nº 77 de 24 de julho de 1838, que criou o *Lyceu Maranhense* na cidade de São Luís, esta lei instituiu, dentre outras coisas, as disciplinas que deveriam ser ministradas, definia os dias das aulas, férias e os feriados; além de apresentar os critérios para a aquisição de utensílios escolares, nomeação de professores, inspetores e demais funcionários e a orientação para a construção, adequação ou reforma do prédio. (CASTRO, 2009).

Essa instituição de ensino tinha como finalidade educar seus alunos através do ensino moderno, voltado para as línguas, o ensino literário e o científico com o intuito de ser preparador para o ensino superior, mais especificamente dos filhos de famílias abastadas do Maranhão que, ao término dos sete anos do curso na instituição, ingressavam no ensino superior, ou nas universidades europeias, notadamente em Portugal e França, ou nas faculdades de medicina no Rio de Janeiro e na Bahia; e de direito em Olinda e São Paulo mediante exames de preparatórios. Conforme Valois (2012, p. 6) “Sob a pressão da classe dominante [...] os liceus e colégios de educação secundária foram aos poucos se transformando em meros cursos preparatórios para o ensino superior existente.”

Apesar de gozar de uma economia forte nesse período, devido ao comércio fluente da cana de açúcar e do algodão<sup>2</sup>, não houve qualquer intenção explícita de construir um estabelecimento que pudesse abrigar o ensino secundário institucionalizado e organizado no Maranhão, como era de se esperar de uma província

---

<sup>2</sup> Sobre isto: Fernandes (2003) traça uma história administrativa, política e econômica do Maranhão com base nos Relatórios de Presidente de Província.



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

próspera no Império. O Publicador Oficial (1838) nos mostra o exato contrário do que seria o ideal, o governo estabelecendo aulas provisoriamente nas casas dos lentes:

Cumpre que V. S. faça constar aos Lentes das Cadeiras do Lycêo d'esta Capital, que em quanto não estiver promptificada a obra do dito Lycêo, devem eles dar as respectivas Lições em suas Casas. Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo do Maranhão 11 de outubro de 1838. Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo. – Snr. Francisco Sotero dos Reis. (O PUBLICADOR OFFICIAL, 10 de outubro de 1838, ed. 643, p. 3)

Como ocorria durante o período imperial, as aulas eram ministradas nas casas dos professores ou nas casas dos alunos em cadeiras avulsas. Sendo o *Lyceu Maranhense* uma instituição escolar desse período não escapou a essa realidade, pelo menos até as obras no primeiro andar do Convento do Carmo<sup>3</sup> serem concluídas. O *Lyceu Maranhense* constituiu a primeira instituição de ensino secundário existente na Província do Maranhão. Se, por um lado, essa instituição deveria representar um ideal de modernidade quanto aos conteúdos ministrados, aos professores que compunham seus quadros e aos materiais que faziam parte de seu ensino, por outro lado, tratava-se de uma instituição nova, que ia ser inaugurada em uma província que não contava com uma instrução secundária institucionalizada e organizada, onde as aulas eram ministradas fora do ambiente físico de uma escola e que exibia taxas elevadas de analfabetismo entre a população.

### **3 O LYCEU MARANHENSE NA IMPRENSA:** objetos e usos da materialidade escolar.

As bases nas quais nós apoiamos para o trabalho com o corpus documental que constituiu a fonte desta pesquisa foram as categorias<sup>4</sup> da cultura material escolar presente na obra de Castro (2011) e materializadas num Quadro da Cultura Material Escolar (1870 - 1925) que forneceram as subcategorias para elaborar a materialidade escolar do *Lyceu Maranhense* na imprensa local. Sobre a categorização Moraes (1999, p. 12) afirma que “[...] é um procedimento de agrupar dados considerando a parte

<sup>3</sup> O *Lyceu Maranhense* funcionou no Primeiro andar do dito convento durante o período inicial de sua implantação, também neste local se abrigaram a Escola Normal, a Inspeção da Instrução Pública e uma cadeira de Primeiras Letras; instituições até agora identificadas nos Jornais.

<sup>4</sup> Móveis, Utensílios da Escrita, Livros e Revistas escolares, Materiais visuais, sonoros e táteis para o ensino, Organização/Escrituração da escola, Prédios escolares, Material de higiene, Material de limpeza, Trabalhos dos alunos, Indumentária, Ornamentos, Honrarias e, por fim Jogos e Brinquedos.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

comum existente entre eles [...] por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo.”.

Procuramos as fontes com o olhar direcionado a encontrar as notícias que tratassem sobre os materiais e espaços escolares do *Lyceu Maranhense* e durante a investigação identificamos notícias que versam sobre as seguintes subcategorias de análise dos objetos escolares: Prédio Escolar, Livros e Revistas escolares, Materiais Visuais, Sonoros e Táteis, para este artigo centramos nossa análise na categoria prédio escolar e especificamente da instalação do lyceu no Maranhão.

Apresentaremos aqui a subcategoria prédio escolar ressaltando que a nossa pretensão é unicamente apresentar as notícias encontradas n’O Publicador Official e sua categorização a fim de que possamos oferecer um panorama geral sobre esta categoria em nossa investigação.

### **3.1 Prédio escolar**

Ao ser criado por meio da Lei n. 77 de 24 de julho de 1838 esta escola não foi instalada em prédio próprio e nem mesmo em um edifício construído com a finalidade da instrução, a sua implantação se deu no primeiro andar do Convento do Carmo por considerar o governo o melhor local para esse fim, como nos informa o Publicador Official.

- Para a acomodação do Licêo Maranhense, que foi creado por lei de 24 de julho, e tem de ser estabelecido no Convento N. Sr.<sup>a</sup> do Carmo desta cidade, por ser o local mais conveniente para esse fim, tenho de exigir de V. S. a restituição de poco mais de quarenta palmos no armazem que no mesmo Convento já sérvio de quartel da polícia, espaço este que como já ocupado por diversas cadeiras de ensino público apenas formão as necessárias dimensões para o estabelecimento criado, e outro sim que arma a abertura de uma arco no lugar da porta que do corredor das aulas faz frente para a portaria do convento, ficando violada (vedada) por uma grade de ferro a comunicação do mesmo corredor para a portaria mencionada. = Deos Guarde a V. S. Palácio do Governo do Maranhão 28 de Agosto 1838. – Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo. R. <sup>mo</sup> Sr. Frei José do Santo Alberto Cardozo Provincial do Convento de N. S. do Carmo. (O PUBLICADOR OFFICIAL, 9 de outubro de 1838, ed. 641, p. 3)

As aulas do Lyceu foram ministradas nas casas dos professores em meio ao improvisado e arranjo que constituía em si a realidade educacional não só do Maranhão, mas de muitas outras províncias do império. O próprio prédio do Convento do Carmo



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

era a representação de uma realidade improvisada, uma vez que essa mesma estrutura abrigou diversas instituições públicas no período imperial a exemplo da Escola Normal, a Inspeção da Instrução Pública e uma Cadeira de Primeiras Letras da mesma freguesia. Já na nota acima percebemos o caráter de arranjo e improvisado envolvido na instalação da dita escola, por meio das reformas recomendadas aos espaços do convento.

As notícias que identificamos n' *O Publicador Oficial* nos dão uma ideia do se pensava a respeito do prédio escolar do Lyceu. Os assuntos tratados eram quase sempre de reformas, mudanças de prédios ou discussões a respeito das ações do governo, a seguir um quadro dos assuntos relacionados à subcategoria prédio no período inicial da ação do Lyceu na província retratados n' *O Publicador Oficial*:

QUADRO 1 - Prédio escolar n' *O Publicador Oficial*

<b>Publicador Oficial (1838 - 1839)</b>		
<b>Subcategoria</b>	<b>Ano/edição</b>	<b>Assunto</b>
Prédio escolar	1838, ed. 632	Criação do Liceu – Utensílios – Prédio.
	1838, ed. 641	Acomodação – Prédio – Reforma.
	1838, ed. 642	Plano e orçamento –Obras – Reforma.
	1838, ed. 642	Acomodação do Lyceu - Convento do Carmo
	1838, ed. 649	Professores-Aulas provisórias em casa – obras Lycêo.
	1839, ed. 674	Abertura do Lycêo – Inauguração do prédio.

Fonte: O autor, 2018.

A primeira informação aparente é a concentração de notícias veiculadas no ano de 1838, quando se instala a escola na província, em toda a pesquisa a maior concentração de notícias por ano se dá exatamente em 1838. É possível afirmar, com base nessa concentração, que a demanda de ações governamentais aliadas à necessidade de mostrar trabalho, por parte do poder público, provavelmente são as causas dessas diversas repetições, uma vez que o *Publicador Oficial* era o órgão do governo e funcionava como diário oficial da província. Esse fato contrasta com outra característica percebida da publicação, o jornal veicula notícias quase que exclusivamente sobre o



# XII

ENCONTRO  
MARANHENSE DE  
HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO

*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

## 21 a 24 de maio | 2019

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

prédio e as acomodações do *Lyceu Maranhense* no que se refere à materialidade escolar e não são encontradas outras categorias de materiais escolares nessa publicação.

A instalação e pleno funcionamento do *Lyceu Maranhense* no prédio do Convento de Nossa Senhora do Carmo só ocorreu efetivamente no ano de 1839 e, no que se refere a prédio escolar, consideramos ser esta a primeira fase do *Lyceu Maranhense* compreendida no período entre a Lei de criação em 24 de julho de 1838 e a Inauguração ocorrida dia 14 de fevereiro de 1839 e publicada no respectivo jornal.

- Previno a V. S. que tendo designado o dia 14 do corrente para a **bertura do Lycêo**, a qual terá lugar às 11 horas da manhã. Por essa mesma ocasião convido a V. S. e mais Lentes afim de serem presentes a dita abertura, e o encarrego de **convidar as Autoridades, Corporações, Chefes de Repartições Públicas, e pessoas gradas, para que se torne aquelle acto apparatuso, e brilhante**. Deos Guarde a V. S. Palácio do Governo do Maranhão 7 de Fevereiro de 1839 – Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo. – Snr. Francisco Sotêro do Reis, Director do Lycêo. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1839, ed. 674, p.2, GRIFO NOSSO).

No que se refere ao prédio escolar este é o retrato inicial que nos revelaram as fontes, em um espaço de tempo de oito meses a vinculação de seis notícias sobre o mesmo tema evidenciando todo o processo de instalação e os entraves no que se refere às aulas provisórias e as obras para a sua acomodação. Após esse primeiro panorama geral sobre os temas tratados no Publicador Official, é interessante nos centrarmos nos conteúdos das notícias que foram veiculadas nesta primeira fase do prédio escolar liceísta.

#### **4 LYCEU MARANHENSE:** materialidade e subjetividade.

A notícia a seguir foi retirada da edição n. 642 d'O Publicador Official publicada dia 10 de outubro de 1838:

Tendo aprovado os Planos e orçamentos das obras, que se tem de fazer tanto para o estabelecimento do Liceo como para o melhoramento da Biblioteca d'esta Capital os quaes em virtude de minha ordem verbal forão organizados pelo capitão de Engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes, e por V.S. encarrego e da administração e gerencia de ambas as obras, recomendo-lhe a maior brevidade no desempenho d'essa tarefa, pois bem conhece as causas, que urgem pelo seu prompto acabamento. = Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo do Maranhão 28 de Agosto de 1838. = Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo. = Sr. João Nepomoceno Xavier de Brito. (O PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 642, p. 3)



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

A notícia informa ao público, dentre outras coisas, quem era o engenheiro responsável pelas obras no Convento do Carmo, que os tramites legais a este respeito já haviam sido aprovados e que estas ações deveriam ser feitas em regime de urgência com a maior brevidade possível.

Tendo em vista que para Bourdieu (apud PESAVENTO, 2012) a realidade é entendida como campo de forças que age no controle da vida social e esforço de análise, feito na tentativa de compreensão das notícias, nossa reflexão foi dirigida para as imposições que foram feitas pelo poder imperial, que ao se eximir da responsabilidade de legislar sobre o ensino primário e secundário – por meio do Ato Adicional de 1834 – deixou a cargo das províncias tais ações: não ofereceu condições para estas no sentido de estruturar o ensino e aparelhar as escolas que, àquela altura, não existiam nas províncias do império brasileiro e, desta forma, fazendo recair sobre as províncias toda a carga que estas demandas oneravam. Ainda de acordo com o autor o controle da vida social se dá através do poder simbólico e

Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sócias. (PESAVENTO, 2012 p.22).

Deste modo a relação de poder estatal legitimado impõe às províncias cargas superiores às suas capacidades. O sucesso ou fracasso das instituições de ensino secundário e primário dependia única e exclusivamente das condições financeiras das províncias, as mais estruturadas e de economia mais forte saíam na frente, enquanto que as de menor força econômica amargavam a desestruturação e a não institucionalização da instrução pública.

Era latente que uma instituição escolar do porte de um liceu trazia junto de si todo um imaginário que funcionava como uma realidade paralela de sinais manifestos das mais diversas formas. Nos jornais não apenas os aspectos materiais eram noticiados, junto disso uma amalgama de determinações eram anunciadas e envolviam um conjunto coerente e dotado de articulação e que gerava identificações e exclusões em relação à instituição, um exemplo disso foi a lei de criação do *Lyceu Maranhense* que trazia



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

deliberações sobre aspectos que iam desde o pedagógico ao material, passando também pelas determinações morais.

No entanto, o espaço escolar do Convento do Carmo, não estava de acordo com este sistema de representação e consistia mesmo depois de prontificadas as obras, em um espaço improvisado, por um lado porque não era um prédio que havia sido pensado para o fim educativo, daí a necessidade de adaptação materializada nas obras para o Lyceu noticiadas no jornal. Por outro lado, a realidade de improviso se manifestava também na ideia de um espaço partilhado por diversas instituições que originalmente não havia sido construído para nenhuma delas, esse estado se agrava bastante no período de execução das reformas na escola, aumentando o trabalho do poder público e os sacrifícios de professores e alunos, sejam eles das aulas primárias ou do próprio ensino secundário, no esforço de manter as aulas em funcionamento. Como também é apresentado em outro trecho retirado das páginas do Publicador Oficial mostrando o que foram as aulas ministradas no *Lyceu Maranhense* no ano de 1838:

Cumprer que V. S. faça constar aos Lentes das Cadeiras do Lycêo d'esta Capital, que em quanto não estiver promptificada a obra do dito Lycêo, devem eles dar as respectivas Lições em suas Casas. Deos Guarde a V. S. Palacio do Governo do Maranhão 11 de outubro de 1838. Vicente Thomaz Pires de Figueredo Camargo. – Snr. Francisco Sotero dos Reis. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 649, p. 2).

Mesmo com a criação de uma escola de ensino secundário que devia, via de regra, reunir as demais cadeiras avulsas que compunham até então essa modalidade de ensino no Maranhão, a realidade educacional não manifesta imediata mudança no que diz respeito aos aspectos atinentes ao espaço escolar. A província continuou sem uma instituição de ensino que agrupasse as cadeiras avulsas do ensino secundário, o Lyceu continuava mesmo depois de criado sem surtir efeito, uma vez que ainda não haviam sido elaborados nem mesmo os seus estatutos. Justamente com esse objetivo o governo provincial nomeou o lente Francisco Sotéro dos Reis como o primeiro diretor do *Lyceu Maranhense*.

Em virtude do Artigo 4º da Lei Provincial nº 77 de 24 de Julho do corrente anno hei por bem nomiar a Francisco Sotero dos Reis para Direcetor do Lyceo desta Capital. O Secretário deste Governo lhe mandará passar o competente Título, e fará expedir as necessárias participações. Palácio do Governo do Maranhão 30 de Agosto de 1838 – Vicente Thomaz Pirez de



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

Figueiredo Camargo – N. B. Igual a João Nepomoceno Xavier de Brito, para Secretário do Lyceu. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 642, p. 4).

Francisco Sotéro dos Reis, como era de se esperar, foi personalidade conhecida no Maranhão oitocentista, professor da cadeira de Latim do Lyceu, era também Jornalista e escritor, Joaquim Serra (2001, p. 120) ao apresentá-lo fez uso dessas palavras: “Esse illustre escriptor toda a sua vida não foi outra cousa senão um grande educador, quer na cathedra do magistério, quer na tribuna jornalística.” No ofício jornalístico foi extensa a sua ação e se somou à sua vocação de professor e de gramático. Enquanto jornalista foi responsável pela fundação de diversos periódicos, a exemplo do Maranhense (1825), O Constitucional (1831) em parceria com Odorico Mendes, O investigador (1836), a Revista (1840), Correio de Annuncios (1851), Constitucional (1862) que não deve ser confundido com o anterior, além de participar da redação do Observador (1854) e do Publicador Maranhense (1856 - 1861) jornal utilizado nesta pesquisa (SERRA, 2001).

Na função de diretor do *Lyceu Maranhense* a primeira ação coordenada pelo diretor recém-nomeado foi de convocar os outros professores da instituição a fim de organizarem os estatutos do *Lyceu Maranhense* de 1838, cumprindo a seguinte ordem do governo provincial:

Cumpra que V. S. faça convocar lentes das cadeiras do Lycêo desta Capital debaixo de sua direção, afim de proceder-se imediatamente à organização dos estatutos, de que tanto o Art. 2º da Lei Provincial N.º 77 de 24 de Julho próximo passado, para que findas as férias, e na abertura das Aulas comece à ter execução, sendo competentemente aprovados em conformidade com a Lei. Deos Guarde a V. S. Palácio do Governo do Maranhão 31 de Agosto de 1838. – Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo. – Snr. Francisco Sotero do Reis, Director do Lycêo desta Capital. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1838, ed. 643, p. 2.)

Os Estatutos do *Lyceu Maranhense* de 1838<sup>5</sup> continham as disposições que sistematizariam o ensino e determinariam de que forma esta escola deveria funcionar a partir de sua inauguração. As disposições tratavam: Das Matrículas, Dos Preparatórios, Das Aulas, Da Polícia das aulas, Dos Exames, Do Bacharelato, Dos Prêmios, Das Férias, Dos Honorários, Da Congregação, Do Diretor, Do secretário, Dos Lentes, Dos

<sup>5</sup> CASTRO, C. A. Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império. São Luís: EDUFMA, 2009.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

Inspetores, Do Porteiro e Dos Alunos determinando o proceder de cada um destes no interior de suas instalações.

Tal estatuto era dotado de uma série de determinações morais que determinavam diversos aspectos da vida cotidiana da população ligada à instituição. Um exemplo, a nosso ver, emblemático que se relaciona aos estatutos é o artigo 23 que dita normas de circulação e comportamento nas dependências do Lyceu.

Art. 23. O porteiro não consentirá que dentro do recinto do Liceu os alunos andem com chapéu na cabeça, e nem lhes permitirá que se conservem no salão, depois de findas as suas lições, sem reconhecidas necessidade. No caso de obstinação da parte dos alunos o porteiro dará parte ao Diretor, que procederá na forma do disposto no Art. 20. (CASTRO, 2009, p. 305).

A norma supracitada é a nosso ver emblemática, pois além de trazer aspectos materiais – o uso de um objeto simples do dia-a-dia, como o chapéu – esconde os ideais de civilidade presentes no sec. XIX, a ideia de respeito às instituições (que pode ter relação com a igreja católica) e o controle do corpo dos cidadãos (advindas das noções higienistas). Essa relação de ocultamento e exposição é utilizada por Pesavento (2012) ao tratar da representação como portadora de símbolo para expressar uma ideia incorporada, naturalizada e que não precisa de reflexão prévia.

É possível afirmar também que faziam parte da construção do imaginário do Liceu, pois incidem em um conjunto dotado de coerência e articulação formando um sistema de representações coletivas – como o respeito às instituições – e constroem um mundo paralelo de sinais (PESAVENTO, 2012). O objetivo destas normas é o de construir identidades e exclusões, tanto de formar sujeitos para o convívio interno e externo ao liceu, quanto de excluir aos que não obedecerem ou não estiverem aptos ao ingresso na instituição. A noção expressa aqui é então a de dar sentido ao mundo dentro de um regime de representações que pode ser construídas socialmente, a exemplo da norma supracitada, ou historicamente, caso dos ideais de civilidade e moralidade.

A primeira fase do *Lyceu Maranhense* no que se refere ao seu espaço escolar se encerra com a sua inauguração ocorrida em 1839 e noticiada no Publicador Oficial:

- Previno a V. S. que tendo designado o dia 14 do corrente para a abertura do Lycêo, a qual terá lugar às 11 horas da manhã. Por essa mesma ocasião convido a V. S. e mais Lentes afim de serem presentes a dita abertura, e o encarrego de convidar as Autoridades, Corporações, Chefes de Repartições Públicas, e pessoas gradas, para que se torne aquelle acto apparatuso, e



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

brilhante. Deos Guarde a V. S. Palácio do Governo do Maranhão 7 de Fevereiro de 1839 – Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo. – Snr. Francisco Sotéro do Reis, Director do Lycêo. (PUBLICADOR OFFICIAL, 1839, ed. 674, p.2).

O Publicador Official, que circulou um período de dez anos no Maranhão a instrução não foi assunto privilegiado dentro do universo de temas abordados. No entanto, de forma alguma o Lyceu foi esquecido pela publicação, ao longo destes anos em que o jornal circulou identificamos notícias que tratam da instituição em seus vários aspectos, professores, disciplinas ministradas, expediente do lyceu no geral e os aspectos materiais desta escola se destacam dentre as notícias sobre essa escola. Neste sentido, após este conturbado período de instalação, o *Lyceu Maranhense* entra em uma etapa de normalidade administrativa no que se refere ao seu espaço escolar. As discussões que surgem no período posterior se direcionarão ainda às instalações, no sentido de adequação dos espaços para as aulas, porém o Publicador Official não apresenta notícias a respeito do Prédio escolar do Lyceu nos anos de 1840 e 1841, ano em que deixa de circular esta publicação.

## 5 CONCLUSÃO

Neste trabalho nosso objetivo foi apresentar o processo de instalação do *Lyceu Maranhense* no prédio do Convento Nossa Senhora do Carmo segundo as notícias veiculadas no Publicador Official entre os anos de 1838 a 1841. Nenhuma outra instituição de ensino é tantas vezes mencionada na imprensa periódica maranhense. O *Lyceu Maranhense* detinha o posto de maior escola de instrução secundária da província, pois era preciso que todos os aspectos dirigidos ao seu ensino servissem de exemplo para a escolarização, o que mostra um pouco da representação desta instituição que pretendíamos analisar.

No entanto a natureza do jornal pesquisado, e suas particularidades nos ofereceram desafios e abriram lacunas no retrato da cultura material aqui pretendido. O *Publicador Official* nos anos de 1838 e 1839 nos fornece um mapeamento detalhado das ações do governo provincial a respeito do *Lyceu Maranhense* sobre o prédio escolar; no entanto, as notícias praticamente somem nos anos que se seguem deixando nas sombras os anos de 1840 e 1841.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

No entanto o mapeamento das notícias nos possibilitou ter ideias do quão amplo pode ser o aspecto material de uma instituição de ensino com forte representação social, como é o caso do Lyceu, e dos aspectos que influenciavam e faziam parte dos contextos materiais da escola. A categorização também nos impôs limitações, uma vez que a natureza das notícias dos jornais não ofereceu as notícias sobre a materialidade escolar que pretendíamos antes da realização do estudo.

Nesse sentido, o quadro inicial referente à instalação do prédio do Lyceu que esperávamos alcançar no início da investigação foi diferente do que efetivamente conseguimos obter, uma vez que, quem dita as regras da pesquisa histórica sempre são as fontes utilizadas e nunca o pesquisador.

Estudar a cultura material do *Lyceu Maranhense*, e a instalação dessa instituição no Maranhão durante o período imperial nos possibilitou compreender dentre outras coisas, o que era preciso para manter o funcionamento da escola. Para além dos materiais de ensino e prédio escolar, era preciso manter firmes relações entre professores, jornalistas, inspetores, alunos, fornecedores e a própria sociedade civil. Avançamos na compreensão de que os artefatos escolares não podem ser entendidos como meros componentes da escola, isolados dos seus contextos e cotidianos; eles fazem parte de forma imprescindível e decisiva da escolarização.

### **ABSTRACT**

It analyzes the school material culture in the Lyceu Maranhense through the representations inscribed in the newspaper *O Publicador Oficial* (1831-1841) from 1838 to 1841. There arose several investigations carried out by the Nucleus of Studies Documentation in History of Education and Practical Readers (NEDHEL): *Culture School Material: the school and its artifacts* (1840 - 1930) and *The Lyceum as a School Institution for the Formation of the Intellectual and Cultural Thought of Maranhão in the Imperial Period* (1838 - 1889). It aims to present the process of installation of Lyceu Maranhense in the building of the Nossa Senhora do Carmo Convent according to the reports published in the *Official Publicator* between the years of 1838 to 1841. The research is of a documentary character held next to the said newspaper selected in the "Catalog of Maranhão newspapers of the Benedito Leite Public Library: 1821-2007. It uses as a theoretical-methodological foundation the Cultural History in its three inseparable elements, within this bias the study is given through Material School Culture incorporating also categories such as representation, sensitivity and imaginary, subjective aspects that are involved in the process of object analysis. It concludes that



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

The Official Publisher in the years 1838 and 1839 provides us with a detailed mapping of the actions of the provincial government regarding the Lyceu Maranhense on the school building; however, the news practically disappears in the years that follow leaving in the shadows the years of 1840 and 1841. Nevertheless the mapping of the news allowed us to have ideas of how broad can be the material aspect of a teaching institution with strong social representation, as is the case with Lyceu, and the aspects that influenced and were part of the material contexts of the school.

**Keywords:** Liceu Maranhense. School material culture. Periodic Press. Cultural History.

### REFERÊNCIAS

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público.** 2007. 373 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BARROS, J. A. História cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, v. 11, n. ½, 2003.

BRASIL. **Constituição do império do Brasil de 1824.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925).** 2. ed. São Luís: EDUFMA: Café & Lápis, 2013. 156 p.

CASTRO, César Augusto (org.). **Leis e Regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889.** São Luís: EDUFMA, 2009. 464 p.

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luis Velázquez (org.). **A Escola e seus Artefatos Culturais.** São Luís: EDUFMA, 2013. 224 p.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** 2. ed. Lisboa: Difel. p. 13-67, 1988.

FERNANDES, Henrique Costa. **Administrações maranhenses: 1822-1929.** 2. ed. São Luís: Instituto Géia, 2003. 473 p.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, 132 p.

RIBEIRO, Vania Mondego. **A Implantação do Ensino Secundário Maranhense: Liceu Maranhense.** 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2006.



*Intelectuais na História da Educação:  
trajetórias, espaços e contextos*

**21 a 24 de maio | 2019**

*Cidade Universitária - UFMA | Campus do Bacanga  
São Luís - MA | Brasil*

SERRA, Joaquim. **Sessenta anos de jornalismo: a imprensa no Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.

VALOIS, Maria do Socorro. A Educação Secundária no Brasil à Luz do Financiamento da Educação: um estudo sobre o seu caráter elitista e seletivo. In: Seminário Regional de Política e Administração da Educação do Nordeste, 7. 2012, Recife. **Anais...Recife: UFPE**, 2012.